

27/10/2022 08:50:07 - AGRO NEWS

ARTIGO/RODRIGO LIMA: AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA COP27



A 27ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP27), que ocorrerá entre 6 e 18 de novembro em Sharm El-Sheikh, no Egito, retoma as expectativas de aprofundar o comprometimento dos países com ações que permitam limitar o aumento da temperatura em, no máximo, 1,5°C. Em tempos de guerra, os esforços para reduzir emissões de gases do efeito estufa (GEEs) no setor de energia são notadamente prejudicados pela retomada das fontes fósseis. Além disso, a ambição de engordar os recursos de financiamento climático é enfraquecida pela crise econômica que assola os países desenvolvidos.

Adicionalmente, os impactos dos eventos climáticos extremos causam prejuízos para a agricultura em diversos países, o que evidencia que a segurança alimentar global somente pode ser alcançada se ações contundentes para reduzir emissões e favorecer a adaptação forem adotadas.

A COP27 vem sendo informalmente considerada uma conferência de implementação, uma vez que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC em sua sigla em inglês) das Partes que compõem o Acordo de Paris começaram a ser contabilizadas a partir de 2021. Além da negociação de uma nova meta de financiamento climático, de uma meta global de adaptação, de decisões que permitam operacionalizar o mercado de carbono, espera-se adotar na COP27 uma decisão sobre como aprofundar a implementação de ações que favoreçam a adaptação dos sistemas agrícolas e, em certos casos, permitam reduzir emissões de GEEs.

Desde 2018 o chamado Trabalho Conjunto de Koronivia sobre Agricultura debate se é possível e como produzir carne reduzindo emissões. De que forma é possível incrementar o sequestro de carbono no solo por meio de práticas agrícolas e manejo adequado. O que é adaptação para cada país e de que forma pretendem favorecer práticas que incrementem a resiliência dos sistemas produtivos diante dos eventos climáticos extremos. Espera-se que a decisão de Koronivia crie um Comitê ou Programa de Trabalho sobre agricultura que permita intensificar ações domésticas e internacionais de cooperação. Inovação é o mantra das discussões da relação entre agricultura e mudanças do clima. As evidências apontam

27/Out/2022 14:04

que a intensificação de períodos secos, o aumento de temperatura, as mudanças nos padrões de precipitação, a maior incidência de pragas, dentre outros fatores, ameaçam a almejada segurança alimentar global.

Enquanto a COP27 ocorre no Egito, o mundo deve completar 8 bilhões de habitantes. Até setembro de 2022, 141 NDCs apresentadas pelas Partes (85% do total) contemplam o setor agropecuário, o que evidencia o quanto os países consideram relevante adotar ações que permitam adaptar e reduzir emissões. De que forma cada um adotará medidas para favorecer a agropecuária de baixa emissão de carbono ou climaticamente inteligente depende de inúmeros fatores. A Nova Zelândia, por exemplo, considera taxar as emissões de metano da pecuária como forma de tentar reduzir emissões. Holanda, Bélgica, Dinamarca e outros países europeus miram as emissões da pecuária e o uso de fertilizantes nitrogenados.

Em Glasgow, na COP26, o Brasil apresentou o Plano ABC+ como a visão de futuro da agropecuária de baixa emissão de carbono tropical, propondo adotar um conjunto de tecnologias e práticas descarbonizantes em 72,6 milhões de hectares até 2030. A recuperação de 30 milhões de hectares de pastagens, por exemplo, permitirá não apenas produzir carne em menos tempo reduzindo emissões, mas recuperar solos degradados, incrementar a captura de carbono, favorecer a conservação da água e a fertilidade do solo no longo prazo. A integração lavoura, pecuária e florestas (iLPF) representa outro conjunto de práticas passíveis de serem adotadas mesclando cultivos agrícolas, pecuária e o componente florestal, quando possível, diversificando a produção em uma mesma área, reduzindo emissões e potencializando um ganha-ganha entre mitigação e adaptação.

O ABC+ considera a conservação e a restauração de vegetação nativa perante o Código Florestal como elementos para favorecer a abordagem integrada da paisagem. Isso reforça a relevância de fortalecer a avaliação do Cadastro Ambiental Rural pelos estados, o que permitirá avançar na implementação de uma lei ambiental ambiciosa que agrega produção e conservação.

Quando se observa a movimentação dos países em torno da agropecuária na agenda climática, é fundamental considerar que inovação está no centro das ações que podem ser adotadas. E para adotar tecnologias e boas práticas é preciso criar capacidades, treinar pessoas, transferir tecnologias e financiar essa transição para sistemas produtivos que visem adaptação e mitigação.

Os estados estão revisando suas políticas de agropecuária de baixa emissão de carbono e deverão aprovar Planos ABC+ estaduais, moldados aos desafios e oportunidades regionais. Isso permitirá alavancar investimentos e financiamento para a agropecuária resiliente, incluindo agricultores familiares que dependem de assistência técnica e tecnologia.

A futura decisão sobre agropecuária na COP27 terá o desafio de conectar as ações dos países a financiamento climático e tecnologias, partindo da cooperação internacional e de

aprendizados dos países agrícolas. O Brasil tem experiências e conhecimento extenso que pode contribuir com esse aperfeiçoamento, assumindo que o enfoque tropical é aprimorar os sistemas produtivos, incrementar sua capacidade de resiliência e amplificar a produção.

Cada país deve propor suas ações no Acordo de Paris, de acordo com suas realidades e necessidades. Como líder na produção agropecuária, o país não poderia se furtar de definir uma estratégia para potencializar a agricultura de baixo carbono, gerando vários cobenefícios que ultrapassam, sobremaneira, a redução de emissões. A decisão de Koronivia tenderá a abrir as portas para uma compreensão realista e urgente do quanto é preciso produzir mais, reduzir emissões e, especialmente, permitir a adaptação reduzindo impactos do aquecimento global. O Brasil tem, com o Plano ABC+, uma política que pode gerar enormes benefícios para o desenvolvimento do setor produtivo e do país. Para isso é preciso direcionar políticas públicas que contemplam os Programas e ações do ABC+, assim como explicitamente incluir os pequenos produtores e agricultura familiar e fomentar o financiamento privado para as tecnologias, em linha com critérios ASG.

Oxalá, a COP27 possa lograr frutos, para que os países, especialmente os países em desenvolvimento, possam amplificar suas capacidades em adotar ações que permitam minimizar, cada vez mais, os impactos que impedem a capacidade global de promover a segurança alimentar para todos. Agricultura integra parte das soluções climáticas e o Brasil tem um enorme potencial para contribuir com esses desafios.

Rodrigo C. A. Lima é sócio-diretor da Agroicone. Advogado, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui 18 anos de experiência em comércio internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no setor agropecuário e de energias renováveis